

O POTENCIAL DOS ARQUIVOS ESCOLARES PARA A PRESERVAÇÃO DA CULTURA ESCOLAR, DAS MEMÓRIAS E DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Fernanda Roma Sobreira¹
Nandaroma2@hotmail.com

Resumo

O presente estudo busca compreender o potencial dos arquivos escolares para a preservação da cultura escolar, das memórias e do processo de escolarização em diferentes contextos históricos. Tendo como foco a história do Colégio Cruzeiro, antiga Escola Alemã, fundada em 1862, que reúne em seus acervos a história das primeiras instituições escolares. Para tal análise, apresento o projeto do seu Centro de Memória, espaço dedicado a salvaguardar as memórias e ressignificar processos educativos e práticas culturais. Os estudos sobre arquivos escolares têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação e acabam por motivar profundas preocupações em relação à preservação dos seus documentos. São documentos que traduzem a história do fazer escolar, suas práticas, condutas e políticas educacionais, inseridos num contexto histórico das sociedades tecnológicas, que têm seu passado formado a cada instante e, por consequência, as informações são geradas e descartadas com cada vez maior agilidade e frequência. O projeto do Centro de Memória foi criado em 2012 em razão da comemoração dos 150 anos da instituição. O objetivo inicial era promover a preservação do material, o acesso à informação e incentivar a circulação e a troca de experiências entre os diferentes agentes institucionais. Mais tarde, projetos de caráter pedagógicos foram sendo organizados em parceria com professores. Os Centros de Memória devem ser entendidos como um arquivo ampliado, um espaço destinado para a guarda do material estratégico da instituição. Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2015) apontam que, mais do que reunir a memória, esses centros são responsáveis por criar um conhecimento organizacional que preserva o passado de uma instituição e, ao mesmo tempo, visam possibilidades no futuro. O acervo sob a guarda do Centro de Memória reúne: fotografias, documentos, objetos, recortes de jornais e depoimentos orais, que remontam ao final do século XIX até os dias de hoje. Ao organizar, conservar e produzir conteúdo a partir da memória, presente tanto na documentação histórica quanto em seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional, podemos observar os arquivos como espaços importantes na guarda de informações e se constituem em grande potencial informativo relacionadas ao funcionamento da instituição e fonte de pesquisa para História da Educação. São compreendidos como lugares de memória (NORA, 1993), fundamentais para o estudo dos processos de escolarização e identidade e, também, como fontes capazes de auxiliar na compreensão dos processos históricos e educativos a partir dos documentos administrativos e pedagógicos. São fontes que possibilitam o vínculo entre arquivo escolar e memória e refletem a vida da instituição que as

¹ Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

produziu, dispondo, inclusive, de informações importantes sobre a trajetória de vida dos indivíduos e grupos que fizeram ou fazem parte de uma determinada instituição. (MOGARRO, 2006). Assim, percebemos a instituição escolar possuidora de um universo de cultura própria e, apesar de relacionar-se com diferentes culturas, mantém suas especificidades. Ao integrar-se aos arquivos, intensifica-se o processo de conhecimento e compreensão dessa cultura escolar. (CHERVEL, 1998; VIÑAO FRAGO, 1998; 2000; JULIA, 2001). Na esteira das transformações pelas quais a historiografia passou ao longo das décadas, novas fontes passam a ocupar espaço privilegiado no conhecimento histórico. Nos arquivos escolares não é diferente, as fontes passam a ter um valor informativo e, também, histórico – cultural. São documentos que representam a memória individual e coletiva da educação. Nesse sentido, os arquivos escolares podem servir de elementos constitutivos para o resgate da memória, possuindo documentos de diferentes naturezas e espécies que configuram o patrimônio educativo de cada instituição.

Palavras-chave: arquivos escolares; centro de memória; preservação do processo de escolarização; cultura escolar; lugares de memória.

1. A preservação da memória escolar: Colégio Cruzeiro

A Deutsche Schule – Escola Alemã, hoje Colégio Cruzeiro, originou-se a partir de um grupo de imigrantes radicado no Rio de Janeiro que decidiram fundar uma Sociedade cujo objetivo era amparar os recém chegados. Em 1844, é criada a Sociedade Alemã de Beneficência (Deutscher Hilfsverein) que, para além de subsídios financeiros, apoiavam e incentivavam a educação e a preservação da língua, símbolo cultural trazido do país de origem. Após alguns anos financiando indiretamente a educação dos jovens imigrantes, em 1º de setembro de 1862, a Sociedade abre, com 32 alunos, a Escola Alemã do Rio de Janeiro.

As escolas étnicas alemãs eram marcadas pela função social de transplantar as raízes culturais da Alemanha no Brasil, tanto que as iniciativas das escolas eram oriundas das campanhas colonizadoras, mas, em sua maioria, pelas famílias que viviam nas comunidades que traziam como bagagem cultural a valorização da educação. Segundo Schanden, as escolas “ são ou eram estabelecimentos de ensino em geral só primário, fundado pela iniciativa dos próprios colonos” (SCHANDEN, 1966, p.65 – 66).

A manutenção da identidade na cultural alemã ficava nítido no cotidiano

escolar. O uso do currículo escolar próximo das escolas elementares alemães foi utilizado como instrumentos de agregação do grupo étnico, que continuava com a manutenção da língua, práticas culturais, educacionais e aproximação religiosa.

Os anos da 1ª e 2ª Guerra Mundial afetaram diretamente os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros. Enquando em 1933, Hitler inicia organização do Terceiro Reich, o Brasil vivia a Era Vargas², um período marcado em 1937, pela campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). Esse proceso é reafirmando em 1938, com o Decreto Federal nº. 406 de 4 de maio, conhecido como “Lei da Nacionalização”, que passava a considerar qualquer referência à Alemanha propaganda nazista. (SOBREIRA, 2020)

Logo, as chamadas “escolas estrangeiras”, hoje chamadas de escolas étnicas, foram fechadas ou obrigadas a modificar suas diretrizes curriculares e seu corpo docente, com professores e diretores de origem alemã demitidos. No Cruzeiro não foi diferente, os materiais didáticos foram confiscados ou destruídos e qualquer referência à língua ou à cultura germânica foi banida. A Escola Allemã foi renomeada, então, Colégio Humboldt.



DEMITIDOS
todos os professores alemães e teuto-brasileiros

A antiga "Escola Alemã" voltou a funcionar, hoje, com o nome de "Escola Cruzeiro"
A frequência decresceu de seiscentos para cento e cinquenta alunos

Existia nesta capital, à rua Carlos de Carvalho, há muitos anos, a Escola Alemã, que era frequentada por filhos de alemães aqui domiciliados e por filhos de brasileiros.

Nessa escola, predominaram sempre os métodos do ensino alemão, sendo o seu corpo docente composto de professores alemães ou teuto-brasileiros, como no caso de alguns diretores, Sr. Vera Goerke, natural do Estado de Sarre e filha de alemães.

Essa escola teve até bem pouco, uma frequência de cerca de 600 alunos.

Quando o Brasil cortou as relações diplomáticas com os países do Eixo, a escola que pertence à Sociedade Beneficente Humboldt, entidade alemã, mudou o seu nome para Escola Humboldt. Mas apenas mudou o nome. Os métodos de ensino e o corpo docente continuaram como antes, teuto-brasileiros. A antiga Escola Alemã, depois Escola Humboldt não era sem nacionalizada, nem oficializada. Não obstante o Governo, quando nomeado um interventor, o Sr. Afonso Celso de Souza Reis, não se alterou egi nada a situação interna do estabelecimento de ensino que abrangia os cursos primário e ginásial. O covarde torpedamento de navios de cabotagem em aguas do Norte do Brasil, levou o Governo a reconhecer o estado de beligerância com o Eixo. Em face disto, o Colégio Humboldt fechou suas portas. O interventor Otávio de Souza Reis nomeou diretor, senhor Leite Borges, que fazia parte do seu corpo docente e há

... muito se vinha batendo pela nacionalização do colégio. Logo, a seguir, o Ministério da Educação concedeu a nacionalização. Foram então afastados todos os professores alemães e teuto-brasileiros e nomeados professores brasileiros. A escola recebeu novo nome, sendo agora Colégio Cruzeiro.

Reabertura do Colégio
 Hoje, a ex-Escola Humboldt é agora Colégio Cruzeiro, reabriu suas portas, iniciando uma nova fase de atividades. A reportagem do GLOBO ali esteve. A frequência foi mínima: apenas 150 alunos compareceram às aulas. O diretor do colégio com quem conversamos e que levou o GLOBO a percorrer todas as dependências do velho estabelecimento, afirmou a frequência mínima ao recibo dos pais dos alunos matriculados ao tempo da colônia alemã.

Pediu-nos, então, que desfilássemos essas salas. Os direitos dos que já estavam matriculados serão assegurados, dentro das normas diretrizes traçadas pelo interventor. E acrescentou que se espera a oficialização do colégio e a concessão de um inspetor para que se adapte às normas da Reforma do Ensino.

Sr. José de Albuquerque
 Membro efetivo da Sociedade de Sociedades de Paris
 Doença - Sexuacia do Homem
 Rua do Rosario, 12 - De
 12 às 19 horas

PASTIDENTE Para Situação de Soc

Jornal O Globo - 15 de setembro de 1942

“(...) todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em história e geografia do Brasil (...)” (KREUTZ, 1991: 154).

² Período de quinze anos (1930 a 1945) da história brasileira no qual Getúlio Vargas era o chefe de um governo autoritário e com tendências nacionalistas. Esse período ficou dividido entre o Governo Provisório, o Governo Institucional e o Estado Novo.

Depois de organizada nos moldes brasileiros, em 19 de maio de 1943, a instituição assume seu novo nome: Ginásio Cruzeiro. O nome escolhido lembraria uma das constelações do nosso céu, simbolizando a esperança. (COLÉGIO CRUZEIRO, 1962). Um ato de resistência em meio ao medo e as perseguições.

Após o período do Estado Novo, há uma busca em recuperar os costumes e tradições que haviam sido banidos, como o retorno da língua alemã como disciplina optativa, em 1948 e, mais tarde, em 1970, como matéria obrigatória. Até hoje, a instituição busca incentivar os alunos a conhecerem os valores e as tradições alemãs. Seja nas aulas diárias de Língua Alemã, nas imersões Linguísticas ou nas diversas atividades que proporcionam aos alunos oportunidades de conhecer a cultura do país.

2. O arquivo escolar e o diálogo com a comunidade

2.1 Os arquivos escolares como lugares de memória

Por anos, os arquivos têm representado, de acordo com Duranti (1994, p. 50), de forma "alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação", com o intuito de servir para diversas finalidades, dentre elas, garantir o direito dos cidadãos à informação. Inicialmente, o arquivo pode ser interpretado como

[...] la documentación producida por uma institución o persona em el desarrollo de sus funciones. Um archivo es el sedimento documental de uma organización o uma persona, los documentos que “quedaron”, por su importância, em el pasado. Um documento de archivo es, entonces, el testimonio de la actividad desarrollada por uma persona física o jurídica, publica o privada cuyas características particulares son: originalidade, organicidade y carater seriado. Éstas, lo distinguen del resto de los documentos; absolutamente válidos como testimonios del pasado, pero de outro orden (p.e. arquitetônico, tradicion oral, museológico, bibliotecológico...). Y esto hace que los documentos de archivo no solo tengan por finalidad ser fuentes para la historia, sin también ser garantes de derechos. (BALBUENA; NAZAR, 2009 – 2010, p. 206)

As instituições de arquivo e os arquivistas eram considerados guardiões da memória e da verdade absoluta (JENKINSON, 1937). No entanto, no final do século XX, surge uma nova abordagem sobre as teorias arquivísticas - Arquivologia da Pós - Modernidade (COOK, 1998) -, que diferente da Arquivologia Clássica, sofre influências do pensamento pós-moderno no estabelecimento de sua natureza, objeto e objetivo, ou seja, retira dos arquivos a naturalização do processo de acúmulo dos documentos, face às interferências que sofre das instituições que os criou e da própria sociedade. Nessa concepção, os arquivos não são detentores da verdade absoluta, mas sim, estão inseridos no jogo de interesses e das relações de poder oriundos das ações que os criaram.

O pós-moderno desconfia da ideia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aqueles que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. [...] O pós-modernismo torna tais fenômenos “naturais” – seja o patriarcalismo, o capitalismo, a religião, ou, poderia eu acrescentar a ciência arquivística tradicional – e afirma que são “antinaturais” ou “culturais” ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça, etc., específicos [...] (COOK, 1998, p.139)

Para compreender melhor a dinâmica dos arquivos como lugares de memória, é preciso os entender como espaços interpretativos, que no presente, falam do passado e nos trazem um projeto de futuro. Os arquivos aparecem como ferramenta importante na produção e (re) produção de cultura e são constituídos de inúmeros símbolos, com os mais diferentes significados, contribuindo, assim, para expressar a memória coletiva.

Sobre o imaginário universal que descrevem os arquivos e os documentos como “lugares sujos” e “papéis velhos”, Schawartz e Cook (2002) questionam esse pensamento e os relaciona com as possíveis relações de poder existentes.

[...] archives – as institutions – wield power the administrative, legal, and fiscal accountability of governments, Corporation, and individuals, and engage in powerful public policy debates around the right to know, freedom of information, protection of privacy, copyright and intellectual property, and protocols for electronic commerce. Archives – as records – wield power over the shape and direction of historical scholarship, collective memory, and national identity, over

how we know ourselves as individuals groups, and societies. (COOK;
SCHWARTZ, 2002,p.1 – 2)

Inclusive, as lacunas existentes na documentação demonstram que o arquivo não é uma verdade absoluta, como era enraizada a ideia no século XIX, sobretudo pelo positivismo. O trabalho de investigação empreendido por Derrida (2001) contesta o paradigma e o pensamento que primava pela objetividade, neutralidade e verdade do discurso. Por isso, se torna mais flagrante o silêncio do arquivo em determinados aspectos, como ausência de documentação de grupos marginalizados.

O esquecimento também pode ser utilizado como instrumento de poder, que implica em escolhas de fontes mais pertinentes, não por elas mesmas, mas a partir das perguntas produzidas pela instituição ou indivíduos singulares. Dele emana a interferência do meio que está inserido sobre o que preservar e o que descartar, o poder sobre o que pode ou não deve ser lembrado e o que fica relegado às margens do esquecimento. Segundo Cook (1998), os arquivos não são imparciais e sim produtos de interesses das ações que os criaram, assim como o esquecimento, que está presente na decisão de um indivíduo ou de uma instituição sobre aquilo que irá compor a memória. A eleição consciente ou não sobre o que se deve selecionar para arquivar é amparado por fatores sociais e culturais. (KETELAAR, 2001)

Nesse contexto, o resgate da memória é fundamental. Vale destacar os trabalhos sobre a memória e seu uso como elemento constituidor de direitos e resistência, como as obras de Maurice Halbwach (1990), Michell Pollak (1989,1992), Pierre Nora (1993), Todorov (2000) e Jelin (2002).

O Sociólogo Michael Pollak (1992) reconhece que tudo aquilo que é gravado e excluído das lembranças de um indivíduo é resultado de um trabalho de organização, sendo este modo de ‘construção’ realizado de forma consciente ou não. Dessa forma, é possível que ocorram alterações intencionais daquelas histórias que são registradas em documentos, afinal, estão suscetíveis a modificações individuais. Esse uso selecionado do passado, é uma forma específica de violência simbólica praticada pelos setores dominantes da sociedade, que definem de forma impositiva a versão da História que comporá a memória da nação – memória oficial.

Assim, o ato de preservar a lembrança não é espontâneo e inconsciente, mas sim deliberado, com a intenção de servir a um fim determinado por quem o executa. Logo, a manipulação da memória por indivíduos ou grupos silencia lembranças, esconde conflitos e impõe a memória dos grupos dominantes.

No espaço escolar não é diferente, as escolas e seus documentos guardam a memórias que possibilitam problematizar a relação de identidade e suas implicações para a construção da cultura escolar. Maurice Halbwachs, no início do século XX, já havia sublinhado que a memória deve ser como um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações que ocorrem constantes, ou seja, a lembrança só possíveis através da vivência dentro de um grupo social.

Geralmente, a memória coletiva se expressa naquilo que é chamado de “lugares de memória”, que, para o historiador Pierre Nora (1993), são lugares que ocorrem a materialização da memória, ou seja, nascem e vivem da ideia que não há memória espontânea: monumentos, centros de memória, museus, arquivos, hinos oficiais, personagens, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo fundamentalmente envolvida em transformações e valorizando o mais novo que o antigo, mais o futuro eu o passado. São marcos da ilusão da eternidade.

Para isso, é necessário centralizar a memória para que não haja perdas. Segundo sua visão, os indivíduos sentem-se obrigados a acumular testemunhos, documentos, imagens, discursos, para assim, construir estoques materiais daquilo que podem ter necessidade de ser lembrado no futuro.

“a vida, sempre alcançada pelos grupos viventes [...], ela está em evolução permanente [...], inconsciente das suas deformações sucessivas [...]” e, ainda, que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não é mais [...]. A memória é um absoluto e a história não conhece outra coisa que não o relativo”. (NORA, 1993, p. 9)

Diante do quadro teórico acima apresentado, a escola se coloca como um espaço de valorização dos diferentes grupos sociais, memórias, histórias e experiências de vidas inteiras. Os trabalhos sobre cultura escolar surgiram nos anos de 1980, mas a ideia se fortaleceu nos anos de 1990, no mesmo período que se intensifica o debate em torno dos arquivos escolares, com enfoque no sentido de preservar e organizar os documentos.

O arquivo escolar é definido por Justino Magalhaes (1998, p.61) como “ fonte essencial uma vez que a trajetória da instituição é construída das memórias para o arquivo e do arquivo para a memória”. Os diversos documentos, escritos e orais, que fazem referências as orientações da vida escolar, tensões educativas e administrativa, processos burocráticos, atividades das secretarias de ensino e proposta educativa, fazem dos arquivos locais de memória, fundamentais para o estudo dos processos de escolarização e da cultura escolar. Além disso, existem outros tipos de documentos que permitem traçar o perfil dos alunos, da comunidade escolar, corpo docente e das instituições. É possível analisar os processos de evasão escolar e índice de aprovação e reprovação.

Segundo Sobreira (2020), existem inúmeras características que aproximam os comportamentos das escolas, e há uma infinidade de outras que os/as diferenciam. No entanto, parece não haver inconvenientes em considerar a escola como uma instituição com cultura própria, ou seja, possui suas próprias especificidades. A importância do acervo escolar como fonte de memória é reunir material pedagógicos, administrativos, histórico e financeiro, que ao longo do tempo, sejam capazes de registrar a história da instituição. Inclusive, com suas lacunas documentais e jogos de interesse.

Os principais elementos que desenhariam essa cultura seriam os atores que fazem parte da comunidade escolar, ou seja, alunos, professores, familiares e colaboradores; os discursos produzidos no meio escolar, as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas de comportamento. Dessa forma, a função social da escola é mais que prestar serviços educativos pois os indivíduos, dentro do contexto escolar, e suas práticas, são fundamentais para a compreensão de processos pedagógicos, organizacionais e de gestão.

Assim, é possível compreender as características comuns e globais presentes nas práticas escolares. No entanto, tais práticas apresentam nuances particulares, pois cada escola é um terreno diferenciado com grupos sociais que partilham de interesses comuns porém a partir de perspectivas diferentes. (CHERVEL, 1998; VIÑAO FRAGO, 2000, 2001; JULIA, 2001).

A cultura escolar é vista como um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições

escolares. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, interatuar com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa e integra-se à vida cotidiana do centro docente. Tais jeitos de pensar e atuar constituem ocasionalmente rituais e mitos, mas sempre se estruturam em forma de discursos e ações que, junto com a experiência e formação do professor, lhe servem para levar a cabo sua tarefa cotidiana. (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 68-69)

Nesse sentido, os estudos sobre arquivos escolares têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação e possuem uma finalidade específica: registrar aspectos em que seu conjunto representam a cultura escolar das instituições, constituindo de instrumento fundamental para a história da escola e a construção da memória educativa, ou seja, documentos de caráter administrativos, pedagógicos e financeiros.

Para a historiadora portuguesa Maria João Mogarro (2005), os documentos originários dos fazeres cotidianos da escola possam ser considerados documentos de arquivos a partir da sua correlação com documentos analisados em outros arquivos externos, sendo possível o complemento ou a análise de diversas fases das informações. Com isso, o arquivo tende a gerar um papel fundamental na preservação da memória sócia, na construção da identidade e nas relações de poder.

Nesse sentido, acredita-se que, em instituições de ensino é importante reconhecer suas trajetórias históricas que, muitas vezes foram marcadas pela imposição e resistência. Conseqüentemente, seus arquivos se constituem de elementos para ressignificar as práticas educativas e construir impressões a partir do resgate da memória.

2.2 A preservação da memória escolar através dos acervos: Centro de Memória

A iniciativa de pesquisar a memória institucional surgiu da própria necessidade da comunidade escolar, que buscavam, há tempos, reconstruir a História institucional por meio de ações de pesquisa. Em 2012 foi criado, no Colégio Cruzeiro, o Centro de Memória, a partir dos estudos para o projeto de comemoração dos seus 150 anos e que reúne em seus arquivos fotografias, documentos, objetos, recortes de jornais e depoimentos orais, que remontam ao final do século XIX, até os dias de hoje.

Na concepção da historiadora Diana Vidal:

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos anos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre potencialidade da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivos, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitais ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas de pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico. (VIDAL, 2005, p. 71)

Vale ressaltar que a pesquisa histórica das instituições educacionais é facilitada quando as escolas mantêm seu arquivo histórico organizado. O Arquivo do Colégio Cruzeiro encontra-se na própria instituição e, a priori, foi organizado por iniciativa da secretaria escolar, responsável por sua guarda, preservação e conservação.

Hoje, existe um arquivista responsável pela documentação. Os documentos mais antigos, que já passaram pelo processo de análise e são considerados de caráter histórico e/ou informativos, são encaminhados ao Centro de Memória, responsável pela guarda permanente, contribuindo para a constituição da memória institucional.

Segundo Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2015), Centros de Memória devem ser entendidos como um arquivo ampliado, ou seja, um espaço destinado também para a guarda do material estratégico da instituição. No acervo encontramos, mais especificamente, diários de classe, boletins de notas, trabalhos dos alunos, produto de atividade dos docentes, legislações educacionais, controle de pagamento, documentos oficiais, pautas de reuniões, enfim, uma vasta e diversificada documentação.

Nessa proposta, o Centro de Memória foi criado para promover a preservação, o acesso à informação e incentivar a circulação e a troca de experiências entre os diferentes agentes institucionais. Atualmente, o setor do arquivo possui 131 álbuns de fotografias que remontam do ano de 1892 (com as fotos mais antigas) à 2006. São 98 álbuns digitalizados (cerca de 47 mil fotos) e, a partir do ano de 2006, as fotos digitais são organizadas no sistema de compartilhamento da instituição entre os setores de Comunicação, Centro de Memória e Direção. Os documentos escritos estão divididos em caixas e pastas. Ao total, são 21 caixas organizadas e com planilhas por ordem

cronológica e por “tema” e, em sua maioria, estão para digitalizar. São documentos de caráter administrativos e pedagógicos.

Para além do caráter institucional, a consciência de que o Centro de memória não é apenas um espaço para preservação da memória da escola enquanto um espaço para guarda e exposição de documentos e objetos da instituição, mas também como espaço para o desenvolvimento de projetos de caráter pedagógico, colabora com o processo de escolarização e amplia seu potencial para pesquisa, bem como seu público-alvo.

O material encontrado vem sendo utilizado em oficinas que abordam questões voltadas para a memória e educação patrimonial, bem como aspectos ligados a expressões identitárias e tradicionais, estimulando os alunos a refletir sobre as construções de narrativas realizadas por grupos sociais distintos, e assim, formar cidadãos críticos e conscientes. Por meio de tais ações, rompe-se com a ideia do afastamento entre o ensino de história e os alunos ou do conteúdo centralizado na figura do professor, possibilitando formar uma relação horizontal entre ambos.

No arquivo, há uma diversidade de documentos que podem ser utilizados em sala de aula: fotografias, livro de registros, certificados, jornais. O material que serve como base para a reflexão, não somente da história do Colégio, mas também da história da educação no Rio de Janeiro e do Brasil.

As oficinas, acontecem todos os anos no Centro de Memória em parceria com os professores das turmas regulares, tentam unir teoria e prática, mas é claro, com suas especificidades e adaptações.

Oficina de Conservação das Fontes Históricas - 5º ano do Ensino Fundamental I.



Acervo Centro de Memória do Colégio Cruzeiro

Oficina sobre Fonte Histórica para as turmas do 4º ano do Ensino Fundamental I



Site do Colégio Cruzeiro - www.colegiocruzeiro.g12.br

O Centro de Memória deve agregar, além do arquivo, documentos que são produzidos pelo próprio Centro. Um exemplo disso são as entrevistas. Assim, para além das fontes escritas e iconográficas, existe o Projeto Memória Escolar, que consiste em trazer à tona, por meio das entrevistas, os saberes e as experiências do cotidiano das pessoas que atuam ou atuaram durante uma vida como testemunhas e que contribuem para a produção de uma história institucional.

Com sua origem oitocentista, o Colégio Cruzeiro preserva a sua identidade cultural germânica por meio dos registros de eventos comemorativos, os discursos, as recordações, notícias de jornais, que foram preservados por um corpo documental especialmente elaborado para se constituir como legado da memória coletiva. Esse material contribui para a preservação da história da escola, para a construção da memória educativa e para análise dos processos escolares em diferentes contextos.

Esses acervos possuem documentos de diferentes naturezas e espécies, que configuram o patrimônio educativo de cada instituição. Assim, ao construir e organizar um arquivo escolar, constatamos que os arquivos aparecem como resultado da atividade funcional regular, os manuscritos históricos são uma expressão espontânea do pensamento ou sentimento (SCHELLENBERG, 2006). Trata-se de um espaço onde a memória se insinua por todos os lados pois está presente nos atos do cotidiano e no significado que lhe damos.

3. Conclusão

Ao concluir este trabalho, podemos vislumbrar as escolas como lugares onde grupos mantêm a identidade cultural com suas especificidades e, seus arquivos escolares, repositório de fontes para a memória da educação e da cultura escolar. É possível identificar no repositório que cada instituição tem sua característica própria: são documentos que estão relacionados com o seu funcionamento e a vida escolar do aluno, os processos de escolarização em diferentes contextos históricos e o processo cultural, tornando-se importantes fontes a pesquisa em história da educação. Com esse material, ainda é possível atender as solicitações da

comunidade escolar e externa em busca de documentação comprobatória de escolaridade.

Nesta perspectiva, a partir da construção de um acervo de memória, existe a possibilidade de refletir sobre elementos essenciais para a realidade escolar nos dias de hoje e compreender a realidade educacional empreendida pela ação do homem na sociedade e suas transformações, visto que as memórias encontradas nos arquivos são histórias construída sobre fontes do passado a partir das necessidades do presente.

Diante do contexto apresentado, podemos entender o Colégio Cruzeiro, como um símbolo das iniciativas pioneiras de imigrantes alemães com relação ao estabelecimento do ensino no país. Fundado em 1862 e localizado no Centro do Rio de Janeiro, é uma instituição revestida de simbologia que nos faz resgatar o entendimento histórico sobre questões referentes ao ensino no Brasil.

Referências

- CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Sesc, 2015;
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, J.M. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v.2, p.1 – 19, 2002;
- CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v.2, p.177-229. 1990;
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993;
- GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. IN: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados. Uberlândia MG: EDUFU, p. 3-24, 2002;
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990;
- JENKINSON, Hilary. **A manual of archives administration**. Londres 1937
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001;
- JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- KETELEMAAR, Eric. Tacit narratives: the meaning of archives. **Archival Science**, v.1, p. 143 – 155, 2001.
- KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS; Florianópolis: Ed. Da UFSC, Caxias do Sul: EDUCS, 1991;
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ªed, Campinas: Ed: Unicamp, 2013;

MAGALHÃES, Justino. Educação e memória. Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. In NEPOMUCENO, Maria de A. e TIBALLI, Elianda F.A (orgs). **A educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte: Argumentvm – SBHE, p. 1817 – 189.

_____, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cyntia P e CATANI, Denise B (orgs) **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, p. 51-69, 1988

MOGARRO, Maria. J. Arquivos e educação a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação** nº 10 jul./dez.2005;

_____, Maria. J. Arquivos e educação a construção da memória educativa, **Revista de Ciências da Educação**. Porto Alegre n.º 1 · set/dez 2006;

MOREIRA, Antônio, CANDAU, Vera. Maria - Educação escolar e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n.23. 2003

MEDEIROS, Ruy. Hermann. Araújo. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, Vitória da Conquista. **Anais [...]** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003;

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, 1993;

ROUSSO, Henry. *O arquivo ou indício de uma falta*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996;

SCHANDEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1, 1963, Porto Alegre. **Anais [...]**.Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, p. 65 – 77, 1966.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Importância dos arquivos. In:_. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Traduccin de Miguel Salazar. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S. A., 2000.

VIDAL, Diana. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafio à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71 – 73, jul/dez, 2005.

_____, Diana. **Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares**. Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar. CD-ROM, FEUSP/FAPESP, 2004;

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação. **Temas de História da Educação**. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, p. 93 – 110. 2000;

_____. Antonio. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. *In:* ALMUIÑA FERNÁNDEZ, C; ARBAT, T.C; ARTOLA, M; MARTÍN, J.A.M.; MOLINA, M. G.; TAVERA, S.; VILLARES, R.; VIÑAO FRAGO, A.; BERAMENDI, J. G.; GUERENA, J.L.; SERRANO, C.S. (Orgs). **Culturas y civilizaciones: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea**. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998